



CONSAE
CURSOS - CAPACITAÇÃO

SIC

SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CLIENTE

SIC Nº 06/2017

Belo Horizonte, 25 de abril de 2017.

ENEM. EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO. NOVAS NORMAS. A PARTIR DE 2017. PORTARIA Nº 468, DE 03 DE ABRIL DE 2017. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. GABINETE DO MINISTRO.

Muitos clientes reclamaram de não termos comentado as novas regras para o ENEM. Comentar o que? Praticamente nada mudou, exceto que:

- ✓ A redação do art. 1º nos induz ao entendimento de que, “a partir deste exercício” as normas não serão mais alteradas...

Hã???

- ✓ Houve a troca do objetivo “II - a certificação no nível de conclusão do ensino médio, pelo sistema estadual e federal de ensino, de acordo com a legislação vigente;” da Portaria 807, revogada, pelo objetivo “V - a sua utilização como instrumento de seleção para ingresso nos diferentes setores do mundo do trabalho;” da nova Portaria 468...

Hã???

Pessoalmente, entendo que o objetivo I, idêntico nas duas portarias, dispensaria o objetivo V da nova Portaria: “I - a constituição de parâmetros para a autoavaliação do participante, com vistas à continuidade de sua formação e a sua inserção no mercado de trabalho;”. Mas...

Também sempre achei que a certificação seria boa, substituindo os exames de jovens e adultos... Mas...

Retiraram a certificação do Ensino Médio via ENEM para os maiores de 18 anos. Poderiam ter revogado expressamente a Portaria Normativa nº 10, de 23/05/2012, poupando-nos as dúvidas.

Em todo caso, ela perdeu a eficácia, não é? Assim como a Portaria INEP nº 179, de 28/04/2014.

O primeiro Curso que ministraremos pós Portaria 468 será realizado a partir de amanhã, quarta-feira, dia 26, em Curitiba/PR. Depois no Rio de Janeiro/RJ, nos dias 22, 23 e 24 de maio, e depois em Belém/PA, nos dias 21, 22 e 23 de junho.

Já que as pessoas insistem, nesses cursos trataremos da Portaria.



Curso sobre Controle e Registro Acadêmico de Instituições de Ensino Superior

22, 23 e 24 de maio - Rio de Janeiro/RJ - 104ª Edição

PORTARIA Nº 468, DE 3 DE ABRIL DE 2017

Dispõe sobre a realização do Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, e dá outras providências.

A MINISTRA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, Substituta, no uso da sua atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, da Constituição, e considerando o disposto no art. 9º, incisos V, VI e VIII, e 38, § 2º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, resolve:

Art. 1º - O Exame Nacional do Ensino Médio - Enem, instituído pela Portaria nº 438, de 28 de maio de 1998, e novamente instituído pela Portaria nº 807, de 18 de junho de 2010, observará, em sua realização, a partir deste exercício, as disposições constantes nesta Portaria.

Art. 2º - Constitui objetivo primordial do Enem aferir se aqueles que dele participam demonstram, ao final do ensino médio, domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna e se detêm conhecimento das formas contemporâneas de linguagem.

Art. 3º - Os resultados do Enem deverão possibilitar:

I - a constituição de parâmetros para a autoavaliação do participante, com vistas à continuidade de sua formação e a sua inserção no mercado de trabalho;

II - a criação de referência nacional para o aperfeiçoamento dos currículos do ensino médio;

III - a utilização do Exame como mecanismo único, alternativo ou complementar para acesso à educação superior, especialmente a ofertada pelas instituições federais de educação superior;

IV - o acesso a programas governamentais de financiamento ou apoio ao estudante da educação superior;

V - a sua utilização como instrumento de seleção para ingresso nos diferentes setores do mundo do trabalho; e

VI - o desenvolvimento de estudos e indicadores sobre a educação brasileira.

Art. 4º - Cabe ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep planejar e implementar o Enem, assim como promover a avaliação contínua do processo, mediante articulação permanente com especialistas em avaliação educacional e instituições de educação superior.

Art. 5º - O Enem será realizado anualmente, com aplicação descentralizada das provas, observando-se as disposições contidas nesta Portaria e em editais publicados pelo Inep para as suas correspondentes edições.

§ 1º - Os editais de que trata o caput disporão também sobre a matriz de competências balizadora do Enem.

§ 2º - A inscrição no Enem é voluntária, podendo dele participar qualquer interessado que preencha os requisitos dispostos em edital.

Art. 6º - Para a inscrição, os interessados deverão pagar uma taxa de inscrição, cujo valor será fixado anualmente pelo Inep, destinada ao custeio dos serviços pertinentes à elaboração e aplicação das provas, bem como ao processamento de seus resultados.

Art. 7º - Serão isentos do pagamento da taxa de inscrição:

I - os concluintes do ensino médio, em qualquer modalidade de ensino, matriculados em instituições públicas de ensino declaradas ao censo escolar da educação básica;

II - aqueles que se enquadrarem no disposto nos incisos I e II do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.799, de 10 de abril de 2013, obedecidos os requisitos complementares estabelecidos no edital do Exame; e

III - os que se declararem membros de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.

§ 1º - O participante que se enquadrar nas situações de isenção previstas nos incisos II e III do caput deste artigo e não comparecer para a realização das provas perderá o benefício da gratuidade para a próxima edição do Enem, salvo se justificar a sua ausência por meio de atestado médico ou outro documento oficial que comprove a impossibilidade do seu comparecimento.

§ 2º - O Ministério da Educação custeará a diferença entre o valor arrecadado com o pagamento das taxas de inscrição e aquele efetivamente despendido pelo Inep com a realização anual do Enem.

Art. 8º - A aplicação do Enem levará em consideração as questões de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, assim como as políticas de educação nas unidades prisionais.

Art. 9º - O Inep estruturará um banco de dados e emitirá relatórios com os resultados individuais do Enem, que poderão ser disponibilizados aos órgãos integrantes da estrutura do Ministério da Educação, para uso dos Programas Governamentais e a pesquisadores, resguardado o sigilo individual.

§ 1º - O Inep disponibilizará um boletim individual ao participante do Enem, contendo informações referentes aos seus resultados.

§ 2º - As informações pessoais, educacionais, socioeconômicas e os resultados individuais do Enem somente poderão ser divulgados mediante a autorização expressa do participante.

Art. 10 - Fica revogada a Portaria nº 807, de 18 de junho de 2010.

Art. 11 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

DOU de 04/04/2017 (nº 65, Seção 1, pág. 40)

Saudações,
Profª. Abigail França Ribeiro
Diretora Geral CONSAE
abigail@consae.com.br

Distribuído a Assessorados da CONSAE e CONSAEJur.

SIC – Serviço de Informação ao Cliente.

A Legislação e Jurisprudência citadas neste SIC foram obtidas em [Legisle - Sistema de Informação em Administração de Ensino](#).